



CONCURSO PÚBLICO PARA A SECRETARIA
MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVA
IGUAÇU

PROVA OBJETIVA – (TARDE)

FISCAL SANITÁRIO - ODONTOLOGIA

NÍVEL SUPERIOR TIPO 1 – BRANCA



SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **40 (quarenta)** questões objetivas, você receberá do fiscal de prova o cartão de respostas;
- As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.



TEMPO

- Você dispõe de **2 (duas) horas e 30 (trinta) minutos** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas;
- A partir dos **30 (trinta) minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas;
- Para o preenchimento do cartão de respostas, use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s) no cartão de respostas;
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não será permitida a troca do cartão de respostas em caso de erro cometido pelo candidato**;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas;
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.

Boa sorte!

Língua Portuguesa

1

Na frase “A arte existe porque a vida não basta”, só não é possível afirmar que

- (A) a vida é insuficiente.
- (B) a arte complementa a vida.
- (C) arte e vida independem uma da outra.
- (D) existe um ponto de vista sobre o que é arte.
- (E) a vida não bastar é a razão de a arte existir.

2

Sobre a propaganda “Se beber, não dirija”, avalie as sentenças a seguir.

- I. A oração subordinada veicula ideia de condição.
- II. É possível trocar a ordem das orações, subordinada e principal, sem que haja alteração de sentido.
- III. A pontuação se justifica pela inversão da ordem da oração principal.
- IV. O conectivo poderia ser substituído, sem alteração de sentido, por “desde que”.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e IV, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) II e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

3

Na frase: “Maria disse à Joana que ela seria selecionada para a vaga”, a ambiguidade é causada em função

- (A) da polissemia de um termo.
- (B) da imprecisão do referente.
- (C) do uso incorreto do hiperônimo.
- (D) do conectivo generalizante.
- (E) da abrangência do termo resumitivo.

4

Assinale a opção em que a retirada do artigo em destaque implica alteração de sentido na frase.

- (A) Trabalhamos todo o dia.
- (B) O seu vizinho é muito silencioso.
- (C) A Argentina possui muitos pontos turísticos.
- (D) Fomos visitar a Maria, porque ela não estava bem.
- (E) Encontramos o nosso cachorro perdido na rua.

5

Assinale a opção gramaticalmente correta.

- (A) Os professores não aderiram à paralização.
- (B) Este é um exemplo de mal uso do dinheiro público.
- (C) Há muita sujeira em baixo da mesa.
- (D) A última seção do filme já vai começar.
- (E) Comeu bastantes salgadinhos na festa da prima.

Raciocínio Lógico

6

Considere a seguinte afirmação:

Todo restaurante capixaba vende moqueca e caranguejada.

A negação dessa proposição é logicamente equivalente a

- (A) Há, pelo menos, um restaurante capixaba que não vende moqueca ou não vende caranguejada.
- (B) Há, pelo menos, um restaurante capixaba que não vende moqueca, nem vende caranguejada.
- (C) Todos os restaurantes capixabas não vendem moqueca ou não vendem caranguejada.
- (D) Todos os restaurantes capixabas não vendem moqueca, nem vendem caranguejada.
- (E) Todo restaurante que não vende moqueca, nem vende caranguejada, não é capixaba.

7

A dosagem máxima diária de um medicamento administrável a uma pessoa em tratamento é calculada a partir da proporção de 4 gotas para cada 1,5 kg de sua massa corporal.

O número de gotas desse medicamento que compõe a dosagem máxima administrável a uma pessoa com 75 kg, é de

- (A) 300.
- (B) 200.
- (C) 150.
- (D) 100.
- (E) 50.

8

Um restaurante *self-service* oferece pacotes especiais para grupos, com diferentes preços unitários de pratos, conforme a faixa de consumo. A tabela a seguir, por exemplo, apresenta o preço unitário dos pratos sem carne bovina e sem frango, por faixa de consumo.

Número de pratos sem carne bovina e sem frango consumidos pelo grupo	Preço unitário
1 - 20	R\$25,00
21 - 30	R\$23,00
30 - 40	R\$20,00
40+	R\$18,00

Um grupo formado por 300 pessoas foi a esse restaurante, e cada pessoa comeu um prato. Ao total, 250 pessoas do grupo comeram carne bovina e 28 comeram frango. Entre essas pessoas, 14 comeram ambos os tipos de carne.

O total pago pelos pratos sem carne bovina e sem frango foi de

- (A) R\$900,00.
- (B) R\$828,00.
- (C) R\$782,00.
- (D) R\$720,00.
- (E) R\$648,00.

9

A representação decimal da fração $\frac{3}{7}$ é dada a seguir:

$$\frac{3}{7} = 0,428571428 \dots$$

O primeiro algarismo presente em tal representação, após a vírgula, é 4.

O milésimo algarismo presente em tal representação, após a vírgula, é

- (A) 8.
- (B) 7.
- (C) 5.
- (D) 4.
- (E) 2.

10

O setor de Emergência de um hospital monta as suas equipes plantonistas com especialistas nas áreas de Obstetrícia, Pneumologia, Cardiologia e Ortopedia. O quadro de plantonistas conta com 5 especialistas de cada área e as equipes plantonistas são montadas com 2 especialistas de cada área.

O número máximo de equipes plantonistas distintas, que podem ser montadas, é

- (A) 10 000.
- (B) 1 250.
- (C) 625.
- (D) 40.
- (E) 25.

Saúde Pública - SUS

11

O Conselho Municipal de Saúde recebeu denúncias sobre dificuldades no acesso a consultas especializadas e exames entre municípios da região. O gestor propôs articular ações interfederativas por meio da Comissão Intergestores Regional (CIR) para organizar o atendimento e partilhar responsabilidades entre os entes federativos.

As principais normas que orientam essa situação são:

- (A) Lei nº 8.080/1990, Lei nº 8.142/1990 e Lei nº 8.666/1993.
- (B) Lei nº 8.142/1990, Decreto nº 7.508/2011 e Lei nº 8.666/1993.
- (C) Constituição Federal de 1988, Lei nº 8.142/1990 e Decreto nº 7.508/2011.
- (D) Constituição Federal de 1988, Lei nº 8.080/1990 e Decreto nº 7.508/2011.
- (E) Lei nº 8.080/1990, Decreto nº 7.508/2011 e Lei nº 8.666/1993.

12

Em uma Unidade de Saúde foi priorizado o atendimento de um idoso com múltiplas comorbidades, enquanto outros usuários aguardavam. Essa decisão foi justificada pela equipe como forma de atender às maiores necessidades em saúde.

O princípio do SUS que justifica a decisão da equipe é o de

- (A) universalidade.
- (B) equidade.
- (C) integralidade.
- (D) regionalização.
- (E) participação social.

13

Uma forte chuva ocorrida em região urbana resultou em inundações em diferentes bairros da cidade, causando a interrupção de serviços essenciais. Após as enchentes, houve um aumento de casos de leptospirose e de doenças respiratórias, além de relatos de acidentes de trabalho e preocupações ambientais relacionadas à qualidade do ar e ao lixo acumulado.

Considerando esse contexto, analise os itens a seguir.

- I. A vigilância epidemiológica contribuirá para monitorar a incidência de doenças transmissíveis e detectar rapidamente novos casos que possam surgir após o desastre.
- II. A vigilância sanitária será importante na fiscalização do abastecimento de água e alimentos, além de garantir o cumprimento de normas de higiene e segurança das estruturas públicas e privadas afetadas.
- III. A vigilância em saúde ambiental se encarregará de identificar fatores de risco relacionados à qualidade do ar, ao acúmulo de lixo e às condições do solo e da água, promovendo ações de controle e mitigação.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) III, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

14

Em março de 2025, a Prefeitura de Nova Iguaçu promoveu vacinação itinerante contra a influenza, com o “Ônibus da Saúde” percorrendo locais de grande circulação, das 8h às 14h. Além da vacina contra a gripe, foram oferecidas vacinas de rotina, como sarampo e Covid-19.

Fonte: Prefeitura de Nova Iguaçu (31/03/2025).

A iniciativa amplia o acesso da população às vacinas e complementa o trabalho das unidades básicas de saúde.

Analisar as afirmativas a seguir e classifique-as como verdadeiras (V) ou falsas (F).

- () A vacinação itinerante exemplifica a universalidade do SUS e a PNAB, que organiza as ações de imunização na Atenção Básica.
- () A iniciativa assegura universalidade e integralidade ao oferecer acesso irrestrito e cuidado contínuo.
- () Com a CF/88 e a Lei nº 8.080/1990, a saúde passou a ser direito universal e dever do Estado, incluindo a vacinação na Atenção Básica.
- () A vacinação itinerante, com apoio das equipes da ESF, demonstra integração entre Vigilância Epidemiológica e PNAB.

As afirmativas são, respectivamente:

- (A) V – V – V – F.
- (B) V – V – V – V.
- (C) F – V – V – F.
- (D) V – V – F – V.
- (E) V – F – V – F.

15

Em agosto de 2025, a Prefeitura de Nova Iguaçu realizou mutirão com atendimentos especializados e vacinação, pelo programa federal “Agora Tem Especialistas”, aplicando a metodologia de Oferta de Cuidados Integrados (OCI), que reúne consultas, exames e diagnóstico em um único fluxo.

Fonte: Prefeitura de Nova Iguaçu (09/08/2025).

A OCI integra procedimentos clínicos, diagnósticos e de gestão, fortalecendo a Atenção Básica e promovendo cuidado contínuo no território. Analisar as afirmativas a seguir e classifique-as como verdadeiras (V) ou falsas (F):

- () A metodologia de Oferta de Cuidados Integrados fortalece a Atenção Primária e o atributo da longitudinalidade da PNAB.
- () O financiamento do SUS é tripartite, envolvendo União, estados e municípios.
- () A OCI expressa o princípio da integralidade e reforça a continuidade do cuidado no território.
- () A PNAB define a imunização e o cuidado oncológico como atribuições exclusivas da atenção especializada.

As afirmativas são, respectivamente

- (A) V – F – V – F.
- (B) F – V – V – F.
- (C) V – V – F – V.
- (D) V – V – V – V.
- (E) V – V – V – F.

Vigilância em Saúde

16

De acordo com a legislação, o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS) é definido como

- (A) o conjunto de ações executado por instituições da Administração Pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que exerçam atividades de regulação, controle e fiscalização, articuladas com os serviços de assistência clínica e hospitalar previstos nos arts. 19 a 24 da Lei nº 8.080/90.
- (B) o conjunto de ações de vigilância sanitária definido pelo § 1º do art. 6º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, executado exclusivamente por instituições da Administração Pública federal, cabendo à Agência Nacional de Vigilância Sanitária a coordenação e execução de todas as atividades de regulação, normatização, controle e fiscalização sanitária no território nacional.
- (C) o conjunto de ações definido pelo § 1º do art. 6º e pelos arts. 15 a 18 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, executado por instituições da Administração Pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que exerçam atividades de regulação, normatização, controle e fiscalização na área de vigilância sanitária.
- (D) o conjunto de ações de regulação sanitária previsto nos arts. 6º a 8º da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, executado por instituições da Administração Pública direta e indireta, limitado ao registro, controle e fiscalização de produtos e serviços de interesse para a saúde, incluindo medicamentos, alimentos, cosméticos e saneantes, sob coordenação exclusiva da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.
- (E) o conjunto de ações organizadas em caráter complementar às atividades de Atenção Básica, com foco no monitoramento clínico-epidemiológico da população atendida no SUS.

17

Sobre as infrações sanitárias e suas sanções, conforme a Lei nº 6.437/1977, analisar as afirmativas a seguir.

- I. As infrações sanitárias independem da intenção do infrator, bastando a prática do ato irregular.
- II. Entre as sanções aplicáveis, estão advertência, multa, interdição e cancelamento de autorização.
- III. Para caracterização da infração sanitária, é indispensável a comprovação de dolo ou má-fé.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

18

Durante inspeção em uma drogaria, a Vigilância Sanitária municipal constatou a venda de medicamentos controlados sem retenção da receita. O fiscal lavrou auto de infração e aplicou medida cautelar de interdição parcial. O responsável técnico apresentou defesa administrativa no prazo legal.

Nesse caso, a conduta do fiscal encontra respaldo no processo administrativo-sanitário, assegurando ao infrator o direito ao

- (A) julgamento célere, cujo recurso administrativo terá efeito suspensivo automático da penalidade.
- (B) contraditório e à ampla defesa, previstos em lei.
- (C) recurso exclusivo à instância judicial.
- (D) arquivamento do auto de infração, desde que o responsável técnico desfaça a irregularidade.
- (E) afastamento automático da penalidade mediante alegação de boa-fé.

19

No que se refere ao poder de polícia administrativa sanitária, classifique as afirmativas como verdadeira (V) ou falsa (F).

- () A fiscalização sanitária pode aplicar medidas preventivas, mesmo sem autorização judicial, desde que haja previsão legal.
- () A autoexecutoriedade permite que a Administração cumpra diretamente seus atos, sem necessidade de ordem judicial prévia, quando houver urgência ou autorização legal.
- () A coercibilidade do poder de polícia autoriza o uso ilimitado da força estatal, independentemente dos princípios constitucionais da legalidade e proporcionalidade.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – V – F.
- (B) V – F – V.
- (C) F – V – V.
- (D) V – V – V.
- (E) F – F – V.

20

A Lei nº 8.080/1990 organiza as ações os serviços de saúde no SUS e define, entre suas atribuições, a vigilância epidemiológica, fundamental para identificar e controlar agravos à saúde pública no território.

Segundo a Lei nº 8.080/1990, a vigilância epidemiológica é definida como

- (A) conjunto de ações que proporciona conhecimento, detecção ou prevenção de mudanças nos fatores determinantes e condicionantes da saúde, visando recomendar e adotar medidas de prevenção e controle.
- (B) atividade restrita ao diagnóstico clínico de doenças transmissíveis em território nacional.
- (C) conjunto de ações capaz de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção e circulação de bens e da prestação de serviços.
- (D) conjunto de atividades que se destina, através de ações de vigilância, à promoção e proteção da saúde dos trabalhadores, visando a recuperação e reabilitação da saúde dos que sofrem agravos no trabalho.
- (E) ação privativa da União, sem participação de Estados e Municípios.

21

Em Nova Iguaçu, a Vigilância Sanitária Municipal recebeu denúncias da comunidade sobre descarga irregular de efluentes por uma indústria de produtos de higiene localizada próxima a uma escola. Em inspeção, a equipe constatou risco sanitário relevante. O fiscal lavrou auto de infração, expediu termo de interdição parcial da linha produtiva envolvida e apreendeu lotes suspeitos para análise. O fato foi comunicado ao Conselho Municipal de Saúde, em razão das denúncias reiteradas e do potencial impacto no território. A empresa apresentou defesa administrativa no prazo legal, alegando boa-fé e ausência de dolo. À luz da legislação sanitária aplicável e das competências municipais no SNVS, assinale a opção correta quanto à atuação da Vigilância Sanitária Municipal de Nova Iguaçu.

- (A) As medidas cautelares são inválidas sem prévia autorização judicial; ademais, por envolver efluentes, a competência para interdição é exclusiva do órgão ambiental estadual.
- (B) A interdição cautelar parcial, o auto de infração e a apreensão são atos válidos de polícia sanitária municipal; a responsabilidade administrativa independe de dolo; e a comunicação ao Conselho Municipal de Saúde reforça o controle social.
- (C) A aplicação de sanções exige prova de má-fé do infrator; a interdição somente pode ser decretada por decisão colegiada da Anvisa; e o Conselho Municipal de Saúde não possui função consultiva nesse tipo de ocorrência.
- (D) O processo administrativo-sanitário deve ser instaurado, porém a alegação de boa-fé extingue a penalidade; além disso, denúncias populares não podem fundamentar a ação fiscal sem laudo judicial prévio.
- (E) Por se tratar de risco coletivo, a Vigilância Sanitária municipal deve aguardar determinação do Ministério Público; a ampla defesa e o contraditório só se aplicam na esfera judicial.

22

Sobre a participação social no SUS e sua interface com a Vigilância em Saúde, analise as assertivas a seguir:

- I. O Conselho Municipal de Saúde é órgão colegiado permanente e deliberativo, composto por representantes do governo, dos prestadores de serviços, dos profissionais de saúde e dos usuários.
- II. As deliberações do Conselho Municipal de Saúde, embora tenham caráter consultivo, não produzem efeitos obrigatórios para o gestor local do SUS.
- III. As conferências de saúde, convocadas a cada quatro anos, com representação dos vários segmentos sociais, destinam-se a avaliar a situação de saúde e propor diretrizes para as políticas de saúde, inclusive de vigilância.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

23

O município de Nova Iguaçu se prepara para realizar sua Conferência Municipal de Saúde. Entre as discussões, incluem-se propostas da comunidade sobre fiscalização sanitária de indústrias locais, ações de vigilância epidemiológica no território e diretrizes para maior integração da Atenção Básica com a vigilância em saúde.

De acordo com a Lei nº 8.142/1990, a Conferência de Saúde tem como atribuição principal

- (A) avaliar a situação de saúde e propor diretrizes para a formulação da política de saúde, convocada a cada quatro anos, com representação de vários segmentos sociais.
- (B) substituir o Conselho Municipal de Saúde em sua função deliberativa permanente, sempre que ocorrer risco sanitário relevante.
- (C) exercer poder de polícia administrativa sobre os estabelecimentos de saúde e indústria de interesse sanitário.
- (D) atuar como órgão fiscalizador da gestão financeira do Fundo Municipal de Saúde, com competência para aplicar sanções a gestores.
- (E) homologar diretamente as deliberações das conferências estaduais, garantindo sua aplicação automática no município.

24

Uma ESF identificou aumento de casos de diarreia em sua área, notificou a Vigilância Epidemiológica municipal, que investigou o surto e articulou ações com outros setores.

Sobre a integração entre Vigilância em Saúde e Atenção Primária, está correto afirmar que a

- (A) notificação deveria ter sido feita diretamente ao nível estadual, por tratar-se de surto de notificação compulsória imediata.
- (B) Vigilância Epidemiológica atua independentemente da Atenção Primária, pois possuem fluxos assistenciais distintos.
- (C) identificação pela APS, investigação epidemiológica e articulação intersetorial exemplificam a integração territorial entre cuidado e vigilância.
- (D) participação do Conselho Municipal de Saúde constitui ingerência indevida na gestão técnico-operacional da vigilância.
- (E) integração entre APS e Vigilância em Saúde depende da decisão da gestão municipal

25

A atuação da Vigilância Sanitária Municipal pode ser planejada de forma tradicional (resposta a denúncias) ou por meio da fiscalização orientada por risco e da vigilância ativa, princípios reforçados nas políticas nacionais de saúde.

A fiscalização orientada por risco na Vigilância Sanitária caracteriza-se por

- (A) selecionar previamente os alvos de inspeção com base em critérios técnicos de gravidade, probabilidade e impacto dos riscos sanitários.
- (B) priorizar estabelecimentos com maior histórico de não-conformidades identificadas em inspeções anteriores, independentemente da análise prospectiva de gravidade do dano potencial à saúde.
- (C) atuar apenas em resposta a denúncias da comunidade, sem planejamento prévio.
- (D) concentrar ações em estabelecimentos de alta complexidade, como hospitais e laboratórios, por apresentarem risco sanitário inerente.
- (E) depender de autorização judicial para cada ação de fiscalização preventiva.

26

O poder de polícia administrativa sanitária permite que o fiscal municipal limite ou condicione atividades privadas em prol da saúde coletiva. No entanto, a Constituição Federal e a legislação em vigor impõem limites a esse poder, vedando arbitrariedades e responsabilizando a autoridade que ultrapassar tais limites.

Configura abuso de autoridade, no exercício do poder de polícia sanitária, quando o fiscal

- (A) interdita preventivamente um estabelecimento sem autorização prévia do gestor municipal, fundamentando-se exclusivamente em risco sanitário grave e iminente constatado em inspeção.
- (B) recusa-se a liberar alvará sanitário mesmo após regularização das não-conformidades, até que o estabelecimento comprove quitação de multas anteriores.
- (C) apreende produtos vencidos e aplica multa no mesmo ato de inspeção, sem conceder prazo prévio para defesa ou regularização voluntária.
- (D) utiliza o cargo para constranger indevidamente o administrado, aplicando sanção não prevista em lei.
- (E) realiza inspeção programada em estabelecimento de interesse à saúde, com base em plano municipal de vigilância.

27

A respeito da integração da Vigilância em Saúde com o SUS no território, assinale a opção **incorreta**.

- (A) A Atenção Primária à Saúde é porta de entrada preferencial do SUS e deve articular-se continuamente com a Vigilância em Saúde.
- (B) A vigilância ativa pressupõe busca de casos e monitoramento proativo, evitando depender exclusivamente de notificações espontâneas.
- (C) A fiscalização orientada por risco deve priorizar recursos em áreas e serviços de maior impacto sanitário, aumentando a eficiência do controle.
- (D) A participação da comunidade é facultativa, não havendo obrigatoriedade de mecanismos institucionais de controle social na vigilância.
- (E) A integração entre APS e vigilância contribui para superar a fragmentação entre promoção, prevenção e cuidado clínico.

28

Considerando a legislação sanitária federal, o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS) e os princípios do SUS, assinale a opção incorreta.

- (A) O SNVS, definido pela Lei nº 9.782/1999, integra instituições das três esferas de governo que exercem atividades de regulação, controle e fiscalização sanitária.
- (B) O auto de infração e o termo de apreensão podem ser lavrados no mesmo ato fiscalizatório, sendo que a apreensão independe de defesa prévia quando houver risco sanitário, mas a sanção pecuniária exige processo administrativo.
- (C) O poder de polícia sanitária permite impor restrições à atividade econômica, devendo sempre respeitar os princípios da legalidade, proporcionalidade e motivação.
- (D) A fiscalização orientada por risco e a vigilância ativa dispensam a participação comunitária, pois são de competência exclusiva da autoridade sanitária.
- (E) A notificação de doenças pela APS à Vigilância Epidemiológica pode ser compulsória para alguns agravos e facultativa para outros, conforme definido em lista nacional atualizada periodicamente pelo Ministério da Saúde.

29

A Política Nacional de Vigilância em Saúde (PNVS) é uma política pública de Estado e função essencial do SUS, tendo caráter universal, transversal e orientador do modelo de atenção nos territórios, sendo a sua gestão de responsabilidade exclusiva do poder público.

Sobre os termos definidos na PNVS, analise os itens a seguir.

- I. Modelo de Atenção à Saúde: um conjunto articulado de ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema. Deve compreender o acesso às ações, aos serviços e aos produtos seguros e eficazes, indispensáveis para as necessidades de saúde da população, objetivando promover a qualidade de vida e reduzir a vulnerabilidade e os riscos à saúde relacionados aos seus determinantes e condicionantes.
- II. Linha de Cuidado (LC): uma forma de articulação de recursos e das práticas de produção de saúde, orientadas por diretrizes clínicas, entre as Unidades de Atenção de uma dada região de saúde, para a condução oportuna, ágil e singular, dos usuários pelas possibilidades de diagnóstico e terapia, em resposta às necessidades epidemiológicas de maior relevância.
- III. Rede de Atenção à Saúde: arranjos organizativos de ações e serviços de saúde, de diferentes densidades tecnológicas, que integradas por meio de sistemas técnico, logístico e de gestão, buscam garantir a integralidade do cuidado.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) I e III, apenas.

30

Os processos de avaliação do risco sanitário podem ser realizados utilizando-se diversas ferramentas (ou técnicas) de apoio ao gerenciamento de risco.

A ferramenta que identifica caso todas as formas possíveis de componentes, processos ou sistemas falhem, bem como os efeitos potenciais das falhas e quais os mecanismos de falha, e como evitar ou mitigar os efeitos delas no sistema, é conhecida como

- (A) análise BOW TIE.
- (B) análise FMEA.
- (C) análise de causa raiz.
- (D) matriz de risco.
- (E) matriz GUT.

31

Sobre as Boas Práticas de Manipulação de Alimentos (BPM), analise os itens a seguir.

- I. As operações de limpeza e, se for o caso, de desinfecção das instalações e equipamentos, quando não forem realizadas rotineiramente, devem ser registradas.
- II. A área de preparação do alimento deve ser higienizada duas vezes ao dia, antes do início e imediatamente após o término do trabalho. Devem ser tomadas precauções para impedir a contaminação dos alimentos causada por produtos saneantes, pela suspensão de partículas e pela formação de aerossóis.
- III. Os funcionários responsáveis pela atividade de recebimento de dinheiro, cartões e outros meios utilizados para o pagamento de despesas podem manipular alimentos preparados, desde que estejam embalados.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I, II e III.

32

A partir da suspeita de ocorrência de um surto de Doenças Transmissíveis por Alimentos (DTA), a equipe de vigilância sanitária deve

- I. promover inspeções nas diversas etapas da cadeia alimentar;
- II. orientar a intervenção, objetivando a prevenção de agravos à saúde do consumidor no que se refere às questões sanitárias, inclusive quanto ao teor nutricional;
- III. identificar a possibilidade de sobrevivência, proliferação de alguns micro-organismos e/ou inativação de toxinas.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

33

A gestão de riscos relativa às emergências em saúde pública por desastres compreende a atuação em distintas fases. Promover a cooperação o intercâmbio técnico-científico com organizações governamentais e não governamentais, de âmbito nacional e internacional, na gestão de riscos quanto aos desastres em emergências na saúde pública, representa uma ação de

- (A) preparação.
- (B) monitoramento.
- (C) alerta.
- (D) comunicação.
- (E) resposta.

Vigilância Sanitária - Odontologia

34

Conforme os conceitos de biossegurança descritos e aplicados pela Anvisa, quando um cirurgião-dentista, após a realização de um procedimento odontológico, tem por objetivo reduzir, sem eliminar completamente, os micro-organismos presentes em seus instrumentos odontológicos, mesmo na presença de matéria orgânica, ele está realizando o necessário processo denominado

- (A) descontaminação.
- (B) degermação.
- (C) desinfecção de nível alto.
- (D) desinfecção de nível baixo.
- (E) antissepsia.

35

Segundo as normas da Anvisa, o processo de esterilização utilizando autoclaves nos consultórios odontológicos deve ser comprovado por meio de monitorização física, química e biológica, sendo esta última registrada sempre com a data da esterilização, lote, validade e equipamento utilizado. Nesse tipo de monitorização, utilizam-se tiras de papel impregnadas por esporos bacterianos capazes de crescer em temperaturas em que as proteínas são desnaturadas.

Sabendo disso, os sistemas de monitorização biológicos, de 2ª e 3ª gerações, apresentam, respectivamente, seus resultados após

- (A) 48 horas e 24 horas.
- (B) 24 horas e 03 horas.
- (C) 48 horas e 03 horas.
- (D) 24 horas e 36 horas.
- (E) 36 horas e 03 horas.

36

Segundo a Resolução da ANVISA, RDC nº 611, de 9 de março de 2022, artigo 51, as salas em que se realizam procedimentos radiológicos, diagnósticos ou intervencionistas devem respeitar os seguintes requisitos sanitários para sua organização e seu funcionamento.

Dito isso, analise os itens a seguir:

- I. Ser classificada como área controlada;
- II. Não há a necessidade de possuir barreiras físicas com blindagem para garantir a manutenção de níveis de dose tão baixos quanto razoavelmente exequíveis, não ultrapassando os níveis de restrição de dose estabelecidos na resolução RDC nº 611;
- III. Dispor de restrição de acesso e de sinalização adequada conforme especificado na resolução RDC nº 611;
- IV. Dispor de todos os equipamentos do consultório odontológico (exemplos: ultrassom, micromotor), além dos acessórios para a realização dos procedimentos radiológicos.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II, III e IV.
- (B) I e III, apenas.
- (C) I, II e III, apenas.
- (D) IV, apenas.
- (E) I e IV, apenas.

37

Segundo a resolução da ANVISA, RDC nº 611, de 9 de março de 2022, artigo 53, na sala de exames e nas portas de acesso, deve constar, em local visível, um quadro com orientações para uma correta proteção radiológica.

Sobre essas orientações, analise as que estão a seguir.

- I. "Paciente, exija e use corretamente vestimenta plumbífera, para sua proteção, durante o procedimento radiológico."
- II. "Em hipótese alguma é permitida a permanência de acompanhantes na sala, durante o procedimento radiológico."
- III. "Acompanhante, quando houver necessidade de contenção de paciente, exija e use corretamente vestimenta plumbífera, para sua proteção."
- IV. "Mulheres grávidas ou com suspeita de gravidez: não a necessidade de informar sobre, antes do exame."

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II, III e IV.
- (B) IV, apenas.
- (C) I, II e III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I e IV, apenas.

38

Os materiais para o revestimento de paredes, pisos e tetos, de ambientes de áreas críticas e semicríticas, devem ser resistentes à lavagem e ao uso de desinfetantes, não podendo assim possuir ranhuras ou perfis estruturais aparentes, mesmo após o uso e limpeza frequente.

Sabendo-se disso, o único material considerado indicado e de alto nível, segundo a ANVISA, para a correta limpeza do ambiente clínico dos consultórios odontológicos, é o

- (A) álcool 70%.
- (B) álcool 96%.
- (C) hipoclorito de sódio 1%.
- (D) hipoclorito de sódio 2%.
- (E) glutaraldeído 2%.

39

A RDC/ANVISA nº 222/2018 dispõe sobre os requisitos de Boas Práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde, em sua seção IX, sobre os Resíduos do Grupo E.

Sobre o exposto, analise os itens a seguir.

- I. Os materiais perfurocortantes devem ser descartados em recipientes identificados, rígidos, providos com tampa, resistentes à punctura, à ruptura e ao vazamento.
- II. Os recipientes de acondicionamento devem ser substituídos de acordo com a demanda ou quando o nível de preenchimento atingir 3/4 (três quartos) da capacidade ou de acordo com as instruções do fabricante, sendo proibidos seu esvaziamento manual e seu reaproveitamento.
- III. É permitida a separação do conjunto seringa e agulha com auxílio de dispositivos de segurança, sendo recomendados a desconexão e o reencape manual de agulhas.
- IV. Seringa, agulhas e demais materiais perfurocortantes que não apresentem risco químico, biológico ou radiológico necessitam de tratamento prévio à disposição final ambientalmente adequada.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I, II, III e IV.
- (C) I, II e III, apenas.
- (D) IV, apenas.
- (E) I e IV, apenas.

40

Segundo a ANVISA, alguns procedimentos devem ser realizados para que se diminua o risco de transmissão de doenças pelo contato direto e indireto do paciente.

Assim, diante da afirmativa apresentada, assinale a opção que não revela esse tipo de cuidado.

- (A) Uso de EPI.
- (B) Higienização das mãos.
- (C) Permanência dos cabelos presos.
- (D) Desinfestação de sangue, de secreções e dos artigos contaminados.
- (E) Desinfecção concorrente das secreções e dos artigos contaminados.

Realização

